

PRELO.

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA



MAIO - AGOSTO de 2006

2

PRELO.

Edição e propriedade
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AV. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA
TEL. 21 781 07 00 · FAX 21 781 07 54

Director
CARLOS LEONE

Concepção gráfica
BRANCA VILALLONGA
Revisão
PAULA LOBO

Publicação quadrimestral
E-mail: revista.prelo@incm.pt
Edição: 1013461
ISSN: 0871-0430
Depósito legal: 242 853/06
Tiragem: 800 exemplares
Preço: 5€

5	Editorial
	ENSAIO
8	A ONTOLOGIA DE ÂNGELO ALVES <i>Manuel Ferreira Patrício</i>
18	A IDENTIDADE PESSOAL NA MODERNIDADE TARDIA. O CASO DE VERGÍLIO FERREIRA <i>Ana Bela Morais</i>
32	MARCELINO MESQUITA: A GRANDE GERAÇÃO DE MUDANÇA <i>Duarte Ivo Cruz</i>
36	AGOSTINHO DA SILVA: PENSADOR DO MUNDO A HAVER <i>Paulo Borges</i>
44	QUEM TRAEM OS INTELECTUAIS? JULIEN BENDA 50 ANOS DEPOIS <i>João Tiago Proença</i>
	TRADUÇÃO
54	CINCO PREFÁCIOS A CINCO OBRAS NÃO ESCRITAS <i>Nietzsche</i>
	TEATRO
89	O AMOR SEM CARA ou SE MENTES <i>Teresa Rita Lopes</i>
101	UM POEMA DE FERNANDA DE CASTRO

	<i>CRÍTICA</i>
106	D. João da Câmara, TEATRO COMPLETO <i>Luiz Francisco Rebello</i>
108	OBRAS DE JEAN SEUL DE MÉLURET <i>Miguel Real</i>
111	Mário Saa, POESIA E ALGUMA PROSA <i>Fernando Guimarães</i>
115	D. Jerónimo Osório, DA ENSINANÇA E EDUCAÇÃO DO REI <i>Pedro Calafate</i>
118	Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, DISCURSOS POLÍTICO-MORAIS <i>José Esteves Pereira</i>
120	António Pedro Mesquita, O PENSAMENTO POLÍTICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XIX <i>Carlos Leone</i>
123	Maria Clara Calheiros, A FILOSOFIA JURÍDICO-POLÍTICA DO KRAUSISMO PORTUGUÊS <i>Mário Reis Marques</i>
127	João Lopes Alves, O ESTADO DA RAZÃO <i>João Tiago Proença</i>
131	Eric Voegelin, CIÊNCIA, POLÍTICA E GNOSE <i>João Tiago Proença</i>
133	Francis Fukuyama, A CONSTRUÇÃO DE ESTADOS <i>Carlos Leone</i>
136	Max Weber, SOCIOLOGIA DAS RELIGIÕES <i>Carlos Leone</i>
138	Pedro Galvão, A ÉTICA DO ABORTO <i>Regina Queiroz</i>

EDITORIAL

O segundo número desta terceira série da Prelo surge num momento de alguma movimentação no panorama editorial português. Ao fechar e abrir de títulos na Imprensa generalista associa-se a sazonal remodelação das publicações estabelecidas no mercado editorial e o início de um novo ano lectivo, com o retomar de actividade das publicações de natureza científica. É no espaço entre estes dois domínios, um espaço amplo e multiforme mas em Portugal quase abandonado, que este número, e esta série, se inscrevem. Mas seria incorrecto não reflectir aqui sobre o significado daquele abandono a que nos referimos, tomando como exemplo a recepção do número de estreia da série, apresentado ao público durante a Feira do Livro de Lisboa deste ano.

Noticiado pela organização da Feira e pelo Jornal de Letras, e posteriormente mencionado na revista Os Meus Livros e no weblog Da Literatura, o número anterior da Prelo conheceu o destino habitual das publicações do seu género em Portugal, instalando-se num vazio que é criado, antes de mais, pelo próprio público que, regularmente, se queixa da inexistência de publicações como esta. Com efeito, quer a desatenção do público e dos meios de comunicação social, quer a (ainda assim menos grave) escassa capacidade de garantir colaboração diversificada e pontual, ilustram bem as dificuldades de revistas institucionais como a Prelo ou a Colóquio/Letras, e mesmo alternativas, como a NADA, sem falar sequer das muitas especializadas em várias áreas, em vingar. Tal como a generalidade dos movimentos culturais e políticos, elas surgem num contexto nacional de resistência à modernidade, que lhes subtrai, à partida, a dinâmica de discussão pública de que dependem. Voltaremos ao tema no próximo número, por agora falemos deste.

As secções do primeiro número mantêm-se. A secção de ensaio, conservando uma dimensão literária relevante, inclui também temas de cultura portuguesa, história, política e filosofia que dificilmente se reuniram noutra publicação portuguesa.

Neste número a novidade é o início de uma secção, que esperamos venha a ser regular, de tradução, neste caso dedicada a Nietzsche. Parcialmente já conhecidos dos leitores portugueses, graças ao labor de Rafael Gomes Filipe, o texto aqui traduzido tem como alvo o público de Filosofia, naturalmente, mas de igual modo a todos os que se interessam pela actualidade dos problemas que aí se discutem. O teatro está representado neste número por uma peça inédita de Teresa Rita Lopes, cuja obra dramática será publicada pela INCM, e Luís Miguel Gaspar ilustra Fernanda de Castro com a excelência (por uma vez a palavra justifica-se) que lhe é habitual.

No entanto, e ao contrário do que é comum entre nós, é a secção de crítica deste número que este editorial quer destacar ao terminar. Nela se faz aquilo que tantas vezes se ouve dizer que não se faz em Portugal, a saber, acompanha-se a actividade editorial recente em áreas bem diversas, sem diferenciar o tratamento concedido aos livros da INCM do que é dado aos de outras editoras, e garante-se liberdade aos colaboradores para fazerem o que sabem. E liberdade, não espaço ou visibilidade, é a condição decisiva da boa crítica. A que fica, como nesta revista.

Lisboa, Agosto de 2006.

O DIRECTOR

ENSAIO

A ONTOLOGIA DE ÂNGELO ALVES

MANUEL FERREIRA PATRÍCIO

I

Estamos pouco habituados à publicação de obras filosóficas de carácter sistemático. Lembro-me, no princípio dos anos 90 do século passado, de um encontro com Salvatore Veca, na Universidade de Évora, em Colóquio promovido pela Association Internationale des Professeurs de Philosophie. Confidenciou-me então o filósofo que era, em Itália, um dos raros professores de Filosofia que escrevia obras de carácter sistemático e não histórico (ou hegemonicamente histórico, ou monográfico).

Ângelo Alves surpreende-nos agora com um livro de filosofia de carácter sistemático. Corajosamente assumido. Pois atente-se no título, de recorte kantiano: *Prolegómenos a uma Ontologia Pluridimensional: Dialéctica, Ascensional, Plenificante*. Título simultaneamente modesto e ousado. O conteúdo não desmente esta impressão e honra o autor do cometimento.

A modéstia transparece no texto da apresentação: o livro seria apenas «uma compilação de artigos publicados em revistas ou em obras de colaboração, a partir de 1995». É mesmo dito que esses artigos são «dispersos e aparentemente sem conexão». O livro não confirma esta modéstia, que me parece claramente excessiva. É evidente que o autor pensou unitária e sistematicamente. O que está ali tem uma articulação sólida nas suas diversas partes e põe de pé um edifício que tem alicerces e os andares superiores com espaços e funções bem definidos.

II

A obra desenvolve-se em três partes: a primeira levanta o problema da necessidade de construir um novo paradigma de ontologia. Para demonstrar essa necessidade, o autor traça em grandes linhas, mas rigorosas, a história da ontologia, desde o estágio de filosofia primeira, desta passando à metafísica, até chegar ao século XVII, em que aparece a denominação, seguindo-se pouco depois a estruturação feita por Christian Wolff.

Após Kant e o idealismo alemão, particularmente o hegeliano, são assinaladas as tentativas de regresso à questão ontológica com Husserl, Nicolai Hartmann e Karl Jaspers. O maior impulso vai, todavia, caber a Heidegger. Todas as contas feitas, a temática ontológica e teológica da metafísica clássica continua presente.

Ângelo Alves estabelece em seguida o quadro definitório da situação actual, abrindo esta ao futuro, prospectivamente, apresentando o seu plano de desenvolvimento da ciência ontológica. Este plano tem três partes: a primeira trata do essente como essente e das suas propriedades; a segunda, do ente sendo como realizado pelo ser; a terceira, do ser puro em si mesmo, como abertura para uma plenitude não atingida, mas assimptoticamente indicada e apetecida. Indica igualmente o método, que confronta com outros métodos, para final e firmemente o afirmar como o seu.

Passa de seguida a fundamentar esse seu novo modelo de ontologia, que relaciona intimamente com a teologia. Esse modelo tem consequências na definição de uma nova relação entre filosofia e teologia, razão e fé, teoria e prática. Tal relação tem de conceber-se dialecticamente. Escreve o autor em síntese: «a teologia tem [...] uma função reguladora extrínseca, plenificante e directriz da filosofia, recebendo desta o seu estatuto epistemológico, a sua razoabilidade e cientificidade, a sua condição de possibilidade racional e humana»¹.

¹ Ângelo Alves, *Prolegómenos a uma Ontologia Pluridimensional: Dialéctica, Ascensional, Plenificante*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 60.

III

A segunda parte da obra versa o ente, o nada e o possível na relação ao ser. O texto é de grande densidade e poder construtivo. É a parte nuclear da obra. Forte é a sua originalidade. A linguagem em que o pensamento se expressa é límpida, rica de expressividade e poderosamente argumentativa, na análise e na síntese. Impressionou-me muito particularmente a originalidade do pensamento do autor. Movemo-nos no elemento do pensamento filosófico genuíno e potente, bem fundamentado, quer histórica, quer disciplinarmente, quer ainda sistematicamente. O domínio da lógica, tanto a formal aristotélico-escolástica e neo-escolástica como a moderna, não pode deixar de impressionar. É assumida a lógica do juízo, ao invés da lógica do conceito, no que é ultrapassada a tradição aristotélico-escolástica. O autor afirma peremptoriamente: «Em conclusão, o ponto de partida da ontologia não é o conceito de ente como ente ou ente-sendo, mas o primeiro juízo acerca dele, o mais radical e universal juízo acerca do seu objecto material e formal, precisamente, o mesmo ente como ente ou ente-sendo.»²

Esse juízo não pode deixar de ser o expresso na proposição: «o ente é». Daqui parte o autor para análises de impressionante fulgor teórico, construindo as bases da sua ontologia. Já procurei pôr à vista a solidez dos elementos lógicos da sua construção. Devo agora relevar a solidez dos elementos linguísticos.

Do primeiro princípio apresenta o autor três valências. A primeira: «o ente é, realmente». A segunda: «o ente é, verdadeiramente». A terceira: «o ente é, absolutamente». O ser exclui, pois, o não-ser.

Esta absolutez conduz o autor ao passo seguinte: uma meditação sobre Nada e Ser, um ensaio de ontologia negativa, que o conduz à evidenciação do valor gnosiológico do conceito de nada. Páginas profundas e belas são essas.

² *Idem, ibidem*, p. 66.

Resta ao autor, para culminar a sua construção teórica, falar da possibilidade e do possível em ontologia. É do terceiro princípio ontológico que ele vai agora falar: «o ente-não-sendo pode ser»³. Eis o quadro completo dos princípios: «o ente é (ente-sendo)»; «o não-ente não é (ente sendo)»; «o ente-não-sendo pode ser»⁴. Concluindo esta análise: «A compreensão total do essente como essente, expressa nos primeiros princípios ontológicos, implica três modos ou aspectos que afectam o ser próprio do essente e não pertencem todos ao ser simplesmente: positivo (ser), negativo (não ser) e possível (poder ser). Estão interligados dialecticamente, de tal modo que um não pode dar-se sem os outros.»⁵ O topo conclusivo enfatiza a possibilidade como assumindo o carácter de síntese, «abrindo o essente para a mutabilidade e para a multiplicidade». Deste modo, «a compreensão total do essente exige a união constitutiva das suas três dimensões, união dialéctica, ascensional, plenificante, ou seja, união dinâmica, tridimensional, elevante, assintoticamente, porque o essente mutável age para ser mais, mas o Ser puro é inatingível para o ente finito, apenas se divisando como horizonte finito da inteligência e da vontade finitas, bem como da realidade finita do essente como tal»⁶.

IV

A terceira parte é constituída por várias «aplicações».

1. A primeira «aplicação» é sobre o argumento ontológico, no intuito de levar a cabo uma análise revalorizadora do mesmo. O argumento é minuciosamente passado em revista, ao longo da sua história, desde Santo Anselmo. Ângelo Alves

³ *Idem, ibidem*, p. 121.

⁴ *Idem, ibidem*.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 138.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 139.

conclui, à luz do quadro judicativo e conceptual da sua construção ontológica, que o argumento «não é válido para concluir imediatamente na existência de Deus, imediatamente e por si mesmo, sem o recurso à causa eficiente», sendo «um momento do exercício da causalidade eficiente», todavia «válido para esclarecer e determinar a essência divina ou a natureza de Deus, Ser puro, infinito, necessário, pessoal e transcendente»⁷. A meu ver, com a sua análise ele próprio se inscreve na história do argumento ontológico.

2. A segunda «aplicação» é sobre o enquadramento formal da relação entre filosofia e teologia — a propósito da encíclica *Fides et Ratio*.

No termo da análise, dá-se o encontro-confronto com C. Vagaggini. O confronto de Ângelo Alves com C. Vagaggini permite pôr bem à vista o que o filósofo-teólogo português e portuense considera insuficiente no delineamento de um novo paradigma ontológico.

A solução de Vagaggini é qualificada de *helicoidal*: «consiste em não conter o sentido da superação dos extremos ‘ser-quietude’, ficando-se numa progressão não orientada, sem fim, e conduzindo, deste modo, ao indefinido, ao vazio»⁸. Ou seja, o movimento verdadeiramente não permite subir, pois logo desce para o mesmo ponto e inicia um aparente novo movimento de subida, que logo cai. É, digo eu, o movimento de Sísifo. Podemos qualificá-lo de absurdo e trágico.

Qual a solução que nos propõe Ângelo Alves? Ele nos responde: «Se a substituírmos [à progressão de Vagaggini] por uma progressão dialéctica-ascensional-plenificante, preencheremos esta lacuna, dando ao movimento dialéctico o carácter tridimensional, em comprimento, largura e altura — e um sentido de plenitude, que pode significar-se como volume espiritual.»⁹ E conclui: «Deste modo se evita que o movimento, em-

⁷ *Idem, ibidem*, p. 172.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 193.

⁹ *Idem, ibidem*, pp. 193-194.